

## CADERNO DE ENCARGOS

### Índice

Cláusula 1.ª	Objeto.....	2
Cláusula 2.ª	Documentos Integrantes do Contrato .....	2
Cláusula 3.ª	Princípio Geral de Responsabilidade.....	2
Cláusula 4.ª	Obrigações do Cocontratante .....	3
Cláusula 5.ª	Deveres de Informação .....	4
Cláusula 6.ª	Preço Base .....	5
Cláusula 7.ª	Prazo e Modo de Pagamento.....	6
Cláusula 8.ª	Prazo de Execução.....	7
Cláusula 9.ª	Casos Fortuitos ou de Força maior.....	7
Cláusula 10.ª	Sanções .....	8
Cláusula 11.ª	Sanções Pecuniárias .....	8
Cláusula 12.ª	Dever de sigilo.....	9
Cláusula 13.ª	Proteção de dados pessoais.....	10
Cláusula 14.ª	Resolução por parte da entidade adjudicante.....	12
Cláusula 15.ª	Resolução por parte do locador .....	12
Cláusula 16.ª	Seguros.....	12
Cláusula 17.ª	Segurança, higiene e saúde no trabalho .....	13
Cláusula 18.ª	Foro Competente .....	13
Cláusula 19.ª	Subcontratação e Cessão da Posição Contratual .....	14
Cláusula 20.ª	Comunicações e notificações .....	14
Cláusula 21.ª	Condições Especiais .....	14
Cláusula 22.ª	Legislação aplicável .....	15
Cláusula 23.ª	Especificações Técnicas.....	15
ANEXO I.	.....	16

### **Cláusula 1.ª Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a locação de stands, bem como a montagem, desmontagem, transporte e assistência técnica, no âmbito da Feira do Livro do Porto, a realizar na cidade do Porto nos anos de 2023 e 2024.

### **Cláusula 2.ª Documentos Integrantes do Contrato**

1. O contrato integrará os seguintes documentos:
  - a) O clausulado contratual;
  - b) Os esclarecimentos, erros, omissões e retificações relativas ao Caderno de Encargos desde que esses erros tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.
2. A ÁGORA - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. (doravante, Ágora) pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta que se reportem a aspetos de execução do contrato, não regulamentados pelo presente Caderno de Encargos e, que não sejam estritamente necessários à sua execução, ou sejam considerados desproporcionados.
3. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato designados nas alíneas b) a e) do n.º 1 da presente Cláusula, a prevalência obedece à ordem por que vêm aí enunciados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, designado de CCP) e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.
5. Os aditamentos ao contrato devem estabelecer a sua própria prevalência relativamente aos restantes documentos.

### **Cláusula 3.ª Princípio Geral de Responsabilidade**

1. A Ágora poderá, se assim o entender e sempre que tal, no seu juízo, se mostrar necessário em virtude de qualquer situação de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações que legal ou contratualmente incumbam ao Cocontratante, intervir

diretamente na boa execução do Contrato, substituindo-se ao Cocontratante sem que tal implique qualquer modificação no âmbito da sua responsabilidade. Todos os custos dessa intervenção correrão por conta do Cocontratante.

2. O Cocontratante responderá, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que irão constituir o objeto do Contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos danos e prejuízos causados por Terceiros contratados no âmbito das atividades compreendidas no Contrato sem limitação quaisquer danos materiais e/ou morais, continuados ou não, e lucros cessantes.
3. O Cocontratante responderá também por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes resultantes de deficiências ou omissões de atuação que impliquem um mau cumprimento ou incumprimento das obrigações que para si decorrem do Contrato.

#### **Cláusula 4.ª Obrigações do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o Cocontratante as obrigações principais nos termos das especificações técnicas do **Anexo I** do presente Caderno de Encargos.
2. O Cocontratante é responsável perante a entidade adjudicante:
  - a) Prestar à entidade adjudicante de forma atempada e programada e/ou sempre que esta lho solicite, todas as informações pertinentes à boa execução do Contrato, bem como cumprir todos os deveres de informação previstos no presente Caderno de Encargos;
  - b) Pela disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização dos trabalhos de empreitada, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos;
  - c) Pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como ao cumprimento da legislação sobre prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
  - d) Pelos encargos com a celebração dos contratos de seguros indicados na cláusula 16.ª do presente caderno de encargos;
3. A título acessório, o cocontratante fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à locação

dos bens e serviços, assim como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4. O Cocontratante deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
5. As obrigações previstas nos termos dos números que precedem consideram-se compreendidas no preço contratual, não advindo para o Contraente Público, qualquer custo ou encargos decorrentes da sua execução.
6. O Cocontratante obriga-se a executar as intervenções necessárias de acordo com as instruções que sejam dadas pelo Contraente Público, sempre que o mesmo assim o julgue conveniente.
7. São da exclusiva responsabilidade do Cocontratante as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução do contrato, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
8. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada devem estar de acordo com as necessidades das prestações objeto do contrato.
9. O cocontratante obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato com trabalhadores em regime de trabalho, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.
10. Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

---

**Cláusula 5.ª Deveres de Informação**

---

1. Durante todo o período de duração do Contrato, o Cocontratante será obrigado, nomeadamente, a:
  - a) Dar conhecimento imediato à Ágora de qualquer situação de emergência que ocorra no âmbito da execução do Contrato;

- b) Dar conhecimento imediato à Ágora de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o cumprimento pontual e atempado de qualquer das suas obrigações ou que possa constituir causa de suspensão, interrupção ou cessação de alguma ou todas as atividades objeto do Contrato;
  - c) Dar conhecimento imediato à Ágora da necessidade ou conveniência de se proceder a uma qualquer intervenção ou a um trabalho que não se encontre incluído no âmbito da Contrato;
  - d) Fornecer à Ágora, por escrito e no menor prazo possível, relatório circunstanciado e fundamentado das situações constantes da alínea anterior, integrando eventualmente a contribuição de entidades exteriores ao Cocontratante e de reconhecida competência, com indicação das correspondentes medidas tomadas ou a implementar, para a superação daquelas situações;
  - e) Manter a Ágora permanentemente informada sobre quaisquer situações que tenham ou possam ter impacto/repercussão na execução do objeto do Contrato.
2. O incumprimento dos prazos estabelecidos para quaisquer obrigações previstas no n.º 1 da presente cláusula poderá determinar a aplicação de sanções, de acordo com o disposto na Cláusula 10.ª e, se grave e reiterado, poderá determinar a resolução do Contrato nos termos da Cláusula 14.ª.

---

**Cláusula 6.ª Preço Base**

---

- 1. O preço base para o presente procedimento é de **€ 600.000,00 (seiscentos mil euros)**, no prazo máximo de vigência admitido (valor sem IVA).
- 2. Para o ano de 2023, pela locação dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Ágora, pagará ao Cocontratante o montante que resultar da proposta adjudicada, que não poderá ultrapassar, o **valor de € 300.000,00 (trezentos mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 3. Para o ano de 2024, pela locação dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Ágora, pagará ao Cocontratante o montante que resultar da proposta adjudicada, que não poderá ultrapassar, o **valor de € 300.000,00 (trezentos mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 4. O preço referido nos números 1 e 2 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo,

nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios, materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

---

**Cláusula 7.ª Prazo e Modo de Pagamento**

---

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA<sup>1</sup> e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, e após a prestação efetiva dos serviços/locação dos bens, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA<sup>2</sup>, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, e de acordo com o seguinte plano de pagamentos por ano:
  - a) 30% do preço até 31 de maio, para reserva dos stands;
  - b) 60% do preço até à data-limite de entrega e instalação dos bens locados;
  - c) 10% do preço até à data-limite para desmontagem.
2. As faturas deverão ser emitidas em nome da Entidade Adjudicante, remetidas de acordo com os números seguintes e com as seguintes referências:
  - a) Aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda e o respetivo número de compromisso; e
  - b) Descrição da fase da execução do contrato e/ou bens/serviços locados/prestados.
3. Após a receção das referidas faturas e caso elas se encontrem em conformidade com o número anterior, as mesmas serão pagas num prazo máximo de 30 (trinta) dias.
4. Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.
5. No seguimento do disposto no número anterior deve ser utilizada a solução ILink Digital Sharing acessível em <https://www.ilink.pt>.
6. As entidades que ainda não tenham aderido à faturação eletrónica podem, de forma excecional e até 31 de dezembro de 2023, enviar digitalmente, em PDF, as faturas, as notas

---

<sup>1</sup> Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

<sup>2</sup> Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

de débito e as notas de crédito, para o seguinte endereço de correio eletrónico: [faturas@agoraporto.pt](mailto:faturas@agoraporto.pt), no âmbito do Despacho n.º 8/2022-XXIII.

---

**Cláusula 8.ª Prazo de Execução**

---

1. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, e sem prejuízo do disposto no número seguinte, os serviços objeto do presente procedimento deverão ser prestados desde a data de assinatura do contrato até ao dia 23 de setembro de 2024.
2. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao locador o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

---

**Cláusula 9.ª Casos Fortuitos ou de Força maior**

---

1. Não podem ser impostas penalidades ao locador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do locador, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do locador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo locador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo locador de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do locador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do locador não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

---

**Cláusula 10.<sup>a</sup> Sanções**

---

1. Sem prejuízo das responsabilidades do Cocontratante perante Terceiros e da aplicação de penalidades por outras entidades com competência para tal, a Ágora poderá aplicar ao Cocontratante, sanções pecuniárias de acordo com o disposto nas Cláusulas expressamente previstas neste Caderno de Encargos e/ou no Contrato e, desde que o incumprimento do Cocontratante decorra de atos ou omissões que lhe sejam imputáveis.
2. A Ágora poderá aplicar as sanções pecuniárias que estejam previstas ao longo do Contrato, bem como admoestar o Cocontratante e dar conhecimento e/ou publicitar o ato ou omissão que der origem à aplicação da sanção, da forma que entender.
3. Na aplicação das sanções a Ágora atuará segundo um princípio de proporcionalidade e basear-se-á em critérios de razoabilidade que ponderem, na escolha da sanção a aplicar, a gravidade e/ou reiteração do comportamento a sancionar.

---

**Cláusula 11.<sup>a</sup> Sanções Pecuniárias**

---

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do locador o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens ou serviços objeto do contrato, até 0,07% do preço contratual, por cada dia de atraso;
  - b) Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do



prestador de serviços o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do locador, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP.
3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo locador ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega se tenha verificado ou aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do locador e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.
7. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista na alínea b) do n.º 1 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

---

**Cláusula 12.ª Dever de sigilo**

---

1. As Partes obrigam-se a manter e considerar como confidenciais, durante a vigência do Contrato e nos 5 (cinco) anos posteriores à sua cessação, todos os dados, informações e registos a que tenham acesso em virtude do estabelecido no Contrato e/ou que tenham recebido da outra Parte, com a menção de serem secretos ou confidenciais ou cuja confidencialidade resulte da sua própria natureza, só podendo dar conhecimento do seu conteúdo a Terceiros com o prévio consentimento escrito da outra Parte.
2. As Partes devem assegurar que o seu pessoal guarde a confidência referida no número anterior e tomar todas as medidas necessárias ou úteis para tal.

3. As obrigações de confidencialidade previstas neste artigo não se aplicarão aos dados, informações e registos que:
  - a) Já sejam do domínio público quando da receção dos mesmos;
  - b) Passem, de acordo com a lei aplicável, a ser do domínio público após a sua receção;
  - c) A Parte prove ter já na sua posse legítima, quando da sua receção, sem terem sido diretamente obtidos da outra Parte;
4. As Partes desde já acordam que os dados, informações e registos referidos nesta cláusula poderão ser transmitidos a autoridades, assessores, instituições financeiras ou seguradoras, para a obtenção de autorizações, pareceres, financiamentos ou seguros necessários no âmbito do Contrato.
5. Os terceiros referidos nesta cláusula não incluem qualquer entidade com a qual a Ágora ou o Cocontratante celebrem contratos no âmbito do Contrato cuja execução implique a utilização dos elementos previstos nesta cláusula, nem com quem tenha contactado para o mesmo efeito, desde que esses terceiros assumam por escrito as obrigações de confidencialidade.
6. O dever de confidencialidade estabelecido nesta cláusula para a Ágora e para o Cocontratante, não prejudicará o cumprimento das obrigações legais de informação e/ou publicitação a que as Partes estejam ou venham a estar sujeitas.
7. A utilização pela Ágora dos dados, informações e registos a que tenha ou possa vir a ter acesso em virtude do Contrato, na preparação e lançamento de um ou mais futuros procedimentos para a contratação de serviços com conteúdo ou objeto idêntico ao do Contrato, assim como a disponibilização desses dados, informações ou registos à entidade que venha a suceder ao Cocontratante na prestação de todos ou alguns dos Serviços incluídos no objeto do Contrato não constituirá violação das obrigações de sigilo e confidencialidade que resultam do presente artigo para a Ágora.

---

**Cláusula 13.ª Proteção de dados pessoais**

---

1. Constituem obrigações do locador, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
  - a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;

- b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela Ágora, enquanto Responsável pelo Tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
- c) Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (EU) 216/679 (RGPD), quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
- d) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- e) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
  - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
  - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
- f) Disponibilizar à Ágora periodicamente todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
- g) Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da Ágora, ou decorrente de obrigação legal;
- h) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- i) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;

- j) Apoiar a Ágora na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
  - k) Não subcontratar sem autorização expressa da Ágora.
2. Cada uma das partes se obriga a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato.
3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
4. Finda a vigência do contrato, o locador tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a Ágora.

---

**Cláusula 14.ª Resolução por parte da entidade adjudicante**

---

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o locador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

---

**Cláusula 15.ª Resolução por parte do locador**

---

O locador pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

---

**Cláusula 16.ª Seguros**

---

1. O locador obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro:
- a) Acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal empregue na execução do contrato, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subcontratados, possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal;
  - b) Responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à execução do contrato, que circulem na via pública ou no local dos trabalhos, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as

normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos aos trabalhos pelos subcontratados se encontram segurados;

c) Responsabilidade civil contra danos causados a terceiros, bem como dos riscos inerentes à instalação dos bens objeto do contrato.

2. O locador e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas no presente caderno de encargos e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio antes do início dos trabalhos e em qualquer momento, quando exigido pela entidade adjudicante.

---

**Cláusula 17.ª Segurança, higiene e saúde no trabalho**

---

1. O locador fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado nos trabalhos, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O locador é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na execução dos trabalhos e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do locador no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, a entidade adjudicante pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do fornecedor.
4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que a entidade adjudicante o exija, o fornecedor apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na execução dos trabalhos de empreitada, nos termos previstos na cláusula anterior.
5. O locador responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

---

**Cláusula 18.ª Foro Competente**

---

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 19.ª Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

1. A subcontratação, por parte do Cocontratante, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, **depende sempre de autorização prévia escrita por parte do Contraente Público** e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código.
2. A autorização à subcontratação pelo Cocontratante na fase de execução do contrato rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual por parte do Cocontratante, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, **depende sempre de autorização prévia escrita por parte do Contraente Público** e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.
4. A apresentação, por parte do Cocontratante, do pedido de autorização do Contraente Público não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o Cocontratante integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações.
5. No caso de incumprimento das obrigações pelo Cocontratante, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, admite-se a cessão da sua posição contratual ao concorrente seguinte no procedimento pré-contratual, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.

#### **Cláusula 20.ª Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 21.ª Condições Especiais**

1. Para além das condições gerais de suspensão, modificação e extinção do contrato, a entidade adjudicante e a adjudicatária, cientes das circunstâncias e condições em que celebrarão o contrato, terão que assumir e partilhar os riscos de alterações supervenientes, estabelecendo para o efeito as seguintes condições especiais.
2. Como circunstâncias supervenientes que podem afetar a execução do contrato, para além das de saúde pública, reconhecem-se, nomeadamente, as que decorram do cumprimento de poderes públicos em matérias de ordem e segurança pública, controlo orçamental e financeiro.

3. Caso não seja possível realizar a Feira do Livro do Porto as partes deverão apresentar entre si propostas de revogação do contrato ou reagendamento.
4. No caso de cancelamento da Feira do Livro 2023 e/ou 2024 será devido o preço na proporção dos bens alugados e/ou serviços efetiva e comprovadamente prestados, conforme relatório e comprovativos a validar pelo Gestor do Contrato, não havendo lugar ao pagamento de qualquer outra indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
5. A Ágora em casos devidamente fundamentados, designadamente nos previstos no n.º 2, poderá cancelar a Feira do Livro 2023 e / ou 2024, pagando o preço devido nos termos do número anterior e, se aplicável, a indemnização prevista no artigo 381º do Código dos Contratos Públicos, não podendo, em caso algum, ser pago mais que o preço contratual inicialmente acordado.

#### **Cláusula 22.ª Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos será observado o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável ao objeto dos contratos.

#### **Cláusula 23.ª Especificações Técnicas**

As especificações técnicas para a locação dos stands e execução de trabalhos de empreitada encontram-se melhor identificados nos Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

## ANEXO I.

### Especificações Técnicas dos Bens a Alocar

#### I. Local, datas e condições da Locação:

- a) Os Stands têm como local de montagem a Avenida das Tílias, nos jardins do Palácio de Cristal do Porto, sita na Rua de Dom Manuel II, 4050-346. Porto.
- b) Os trabalhos de montagem terão que ser coordenados com o gestor do contrato ou por outro elemento por este designado para o efeito.
- c) Os trabalhos de montagem iniciar-se-ão, previsivelmente, a partir de **31 de julho de 2023**, podendo a cocontratante antecipar o seu início com pedido fundamentado e desde que autorizado pelo gestor do contrato ou por outro elemento por este designado para o efeito.
- d) O cocontratante deverá garantir, imperativamente, a entrega e completa instalação dos stands até ao dia **18 de agosto de 2023**, em conformidade com os pontos seguintes.
- e) Os bens locados objeto do contrato, deverão ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- f) Os trabalhos de desmontagem iniciar-se-ão após comunicação do gestor do contrato, com obrigatoriedade de conclusão até ao dia **23 de setembro de 2023**.
- g) As datas de referência para o ano de 2024 serão acordadas posteriormente entre ambas as partes.

#### II. Meios Humanos:

- a) O cocontratante deve garantir que todos os elementos afetos à execução do contrato dispõem das qualificações, formações e certificações necessárias à prática das respetivas funções.
- b) O contratante deve, em especial, garantir que os seus técnicos afetos ao manuseamento de maquinaria na execução do contrato, dispõe de formação nos termos do Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25/02, devendo apresentar os respetivos comprovativos antes do início dos trabalhos.



### **III. Materiais a aplicar:**

- a) Todos os materiais previstos na secção seguinte, devem dispor dos requisitos técnicos, de desempenho, de conceção e/ou fabrico obrigatórios pelas normas de qualidade europeias.
- b) Se o seu produto estiver sujeito a várias diretivas/regulamentos da UE que exigem a aposição da marcação CE, os documentos de acompanhamento devem indicar que o seu produto está em conformidade com todas as diretivas/regulamentos da UE aplicáveis.
- c) As marcações “CE” devem ser visíveis, legíveis e indeléveis.
- d) Sempre que o produto não disponha da referida marca, mas esteja enquadrado numa norma de qualidade europeia, deve o cocontratante confirmar que os materiais dispõem dos requisitos obrigatórios através de embalagem, caso exista, ou de qualquer outro documento de acompanhamento.
- e) Todos os estrados previstos na secção seguinte devem respeitar as seguintes características:
  - i. Estrutura do estrado em perfil de alumínio tubular;
  - ii. Pés do estrado telescópico em perfil de alumínio tubular;
  - iii. Perfil de alumínio produzido na liga 6063 T5;
  - iv. Piso em placas de 1250mm x 1250mm em contraplacado marítimo de 21mm com antiderrapante, sendo que todas as placas que sejam visíveis, deverão ser novas;
  - v. Sistema de regulação em cavilha de aço 1/4 de volta com acabamento zincado.
- f) O cocontratante deve, sempre que aplicável, garantir a certificação de conformidade ou de qualificação dos componentes e dos trabalhos utilizados na execução do contrato, devendo apresentar, se necessário, os correspondentes comprovativos.

### **IV. Características dos bens a locar:**

#### **STANDS DE LIVROS**

- a) Cor madeira pinho velho;
- b) Base modular 300cmX300cm (9m2);

- c) Paredes em placas de pinho em ambas as faces e estrutura em perfil de alumínio;
- d) Barras e prumos de fixação para travamentos;
- e) Cobertura em chapa sandwich própria para coberturas com 3 cm espessura e perfilada, hermeticamente fechada e com capacidade de suportar chuva e vento;
- f) Pala com 125 cm;
- g) Paredes reforçadas com tubo quadrado 25 mm zincado;
- h) Tetos com cunhas de tubo quadrado de 30 mm zincado para fazer caimento de águas;
- i) Fecho frontal com estore que assentem no estrado;
- j) Stands com porta e fechadura de acesso pela parte de trás (opcional), havendo 2 em que o acesso será por uma porta lateral;
- k) Estima-se um n.º máximo de 130 módulos e um n.º mínimo efetivo de 120, com a provável divisão em:
  - i. 40 Pavilhões de 1 módulo;
  - ii. 13 Pavilhões com 2 módulos;
  - iii. 4 Pavilhões com 3 módulos;
  - iv. 6 Pavilhões com 4 módulos;
  - v. 3 Pavilhões com 6 módulos;
  - vi. 1 Pavilhão com 10 módulos
- l) Frentes abertas com balcões modulares em madeira de pinho, cor castanho velho e tampo castanho-escuro, com capacidade para suportar a exposição de livros com 75cm de profundidade e 90cm de altura, com fecho noturno com persiana com aloquete até ao estrado;
- m) Frentes abertas sem balcão e com fecho noturno com persiana com aloquete até a estrado;
- n) Frentes abertas sem balcão, mas com mesa expositora de 70cm de altura e com 200cmX100cm, com fecho noturno com persiana com aloquete até ao estrado;
- o) Duas estantes expositoras de livros por módulo de 200x100x0,35cm, em madeira, cor castanho-escuro, com a resistência necessária para o efeito (suportar livros), totalizando 260;
- p) 130 armaduras de 150 cm, LED de 60W na cor 6000K para iluminação de 130 módulos;
- q) Ligações elétricas nos 130 módulos;

- r) 1 quadro elétrico com 2 disjuntores, mais diferencial para ponto de luz e tomada a colocar no quadro, por módulo/stand;
- s) Os módulos deverão ser assentes em estrado nivelado, forrado a linóleo no mínimo com 1,6mm de espessura, igual para todos os módulos e de cor castanho-escuro;
- t) O estrado deverá ter um prolongamento para o exterior na frente do módulo de 125cm de profundidade de forma a permitir a circulação de pessoas portadoras de deficiência física, com as respetivas rampas de acesso nas extremidades de cada ilha de conjunto de módulos e nos desníveis que se venham a verificar e de acordo com a legislação aplicável;
- u) Por baixo da pala da frente dos Stands deverá levar a identificação do expositor e o respetivo n.º do Stand, de forma visível e conforme as indicações do departamento de comunicação da entidade adjudicante;
- v) Construção de escadas de acesso em estrutura metálica na parte frontal do passadiço nas zonas onde a altura atinga cotas iguais ou superiores a 20cm, bem como nas entradas das portas;
- w) Colocação de guarda-corpos no passadiço com cotas iguais ou superiores a 20cm;
- x) Colocação de 45m2 de estrado com guarda-corpo de ligação entre ilhas de stands (a informar com entrega da planta da feira);
- y) Apresentação de solução, de forma a impedir a entrada de água pela frente dos mesmos, para stands com e sem balão frontal;

#### **STANDS VINHOS, VEGETARIANO, DOCES E BAR**

- a) Cor madeira pinho velho;
- b) 5 stands de Base modular 300cmX300cm (9m2), sendo 1 deles 600cmx300cm(18m2);
- c) Paredes em placas de pinho em ambas as faces e estrutura em perfil de alumínio;
- d) Barras e prumos de fixação para travamentos;
- e) Cobertura em chapa sandwich própria para coberturas com 3 cm espessura e perfilada, hermeticamente fechada e com capacidade de suportar chuva e vento;
- f) 4 armaduras de 150 cm, LED de 60W na cor 6000K;
- g) Pala com 125cm;
- h) Paredes reforçadas com tubo quadrado 25mm zincado;

- i) Tetos com cunhas de tubo quadrado de 30mm zincado para fazer caimento de águas;
- j) Fecho frontal com estore que assentem no estrado;
- k) Stands com porta e fechadura de acesso pela parte de trás;
- l) 1 frontão com 70cmx600cm e 3 com 70cmx300cm;
- m) Stands preparados com furação para acolher água e saneamento.

#### **STAND PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO**

- a) Cor madeira pinho velho;
- b) 2 stands de base modular 300cmX300cm (9m<sup>2</sup>);
- c) Paredes em placas de pinho em ambas as faces e estrutura em perfil de alumínio;
- d) Barras e prumos de fixação para travamentos;
- e) Cobertura em chapa sandwich própria para coberturas com 3 cm espessura e perfilada, hermeticamente fechada e com capacidade de suportar chuva e vento;
- f) 2 armaduras de 150 cm, LED de 60W na cor 6000K;
- g) Pala com 125 cm;
- h) Paredes reforçadas com tubo quadrado 25 mm zincado;
- i) Tetos com cunhas de tubo quadrado de 30 mm zincado para fazer caimento de águas;
- j) Totalmente fechado com janela em acrílico e estore;
- k) Stands com porta e fechadura de acesso pela parte da frente.

#### **STAND RESTAURAÇÃO**

- a) Cor castanha (pinho velho);
- b) Base modelar 1200 cm x 600 cm (72 m<sup>2</sup>);
- c) Paredes em placas de pinho em ambas as faces e estrutura em perfil de alumínio na frente e numa lateral, sendo as restantes em placas de melamina faia, igualmente em ambas as faces e estrutura em perfil de alumínio;
- d) Barras e prumos de fixação para travamento;
- e) Cobertura em chapa sandwich própria para coberturas com 3 cm espessura e perfilada;
- f) Paredes da frente e numa das laterais reforçadas com tubo quadrado 25mm zincado;
- g) 2 exaustores;

- h) Chapa para zona de fogão;
- i) 1 cilindro;
- j) 1 passa pratos;
- k) Passadiço frontal de pelo menos 125cm e guarda-corpo, com rampas no início e fim de acordo com a legislação aplicável;
- l) Passadiço nas traseiras com guarda-corpo de 1750cm x 250cm;
- m) 8 armaduras de 150 cm, LED de 60W na cor 6000K + 2 projetores de iluminação LED para as traseiras exteriores bem como quadro elétrico de 125A;
- n) Frontão de 70 cm x 1200 cm para colocação de lettering para identificação do restaurante.

#### **STANDS VESTIÁRIOS**

- a) Cor castanha (Madeira clara tipo “tola”);
- b) 2 módulos de 300cmX300cm com divisória;
- c) Paredes em placas de melamina faia em ambas as faces e estrutura em perfil de alumínio;
- d) Barras e prumos de fixação para travamento;
- e) Totalmente fechados com porta em cada uma das extremidades;
- f) estrado nivelado forrado a linóleo com espessura mínima de 1,6mm de cor castanho-escuro;
- g) Cobertura em lona com formato cónico e deve ser hermeticamente fechada;
- h) 4 projetores de iluminação LED com 1 quadro elétrico por módulo com 2 disjuntores com diferencial para ponto de luz e tomada tripla no quadro.

#### **STANDS ARMAZÉNS**

- a) Cor castanha (Madeira clara tipo “tola”);
- b) 2 módulos de 300cmX300cm com divisória;
- c) Paredes em placas de melamina faia em ambas as faces e estrutura em perfil de alumínio;
- d) Barras e prumos de fixação para travamento;
- e) Totalmente fechados com porta em cada uma das extremidades;
- f) estrado nivelado;
- g) Cobertura em lona com formato cónico e deve ser hermeticamente fechada;

- h) 4 projetores de iluminação LED com 1 quadro elétrico por módulo com 2 disjuntores com diferencial para ponto de luz e tomada tripla no quadro.

#### **RAMPA**

- a) Rampa com 1,25m x 20,00m x 0,20m instalada em cima de degraus existentes, com patamar de 1,25m no topo;
- b) Pés do estrado telescópico em perfil de alumínio tubular, com medidas globais de 93mm x 93mm com parede de 3,5mm;
- c) Estrutura em perfil de alumínio tubular produzido na liga 6063 T5;
- d) Piso em placas de 1250mm x 1250mm em contraplacado marítimo de 21mm com antiderrapante;
- e) 40,00m de guarda-corpos.

#### **V. Serviços conexos a prestar:**

##### **SERVIÇO DE ELETRIFICAÇÃO**

Serviço de eletrificação de todos os stands, incluindo da restauração, aos quadros existentes no local;

##### **SERVIÇO DE PIQUETE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Assistência técnica durante todo o evento, 4 elementos (3 técnicos de estruturas e 1 eletricista) nos dias 25, 26 e 27 de agosto, de 2 elementos nos dias 1,2,3 e 8,9,10 de setembro (1 técnico de estruturas e 1 eletricista) e de um elemento nos restantes dias. Deverá ainda uma equipa no mínimo de 6 elementos a acompanhar a instalação dos expositores nos dias 23 e 24 de agosto.

##### **DIVERSOS**

- a) 6 Baías com pé e fitas pretas;
- b) 4 mesas de escritório;
- c) 16 cadeiras pretas;
- d) 2 cabides;
- e) 30 mesas com 250 cm x 86 cm.